

XI Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia. Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Tucumán, San Miguel de Tucumán, 2007.

## **Mulheres e feminismo em Florianópolis: a produção de conhecimentos globais e locais.**

Zucco, Maise Caroline (Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil).

Cita:

Zucco, Maise Caroline (Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil). (2007). *Mulheres e feminismo em Florianópolis: a produção de conhecimentos globais e locais*. XI Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia. Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Tucumán, San Miguel de Tucumán.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-108/819>

*Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.*

## MULHERES E FEMINISMO EM FLORIANÓPOLIS: A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS GLOBAIS E LOCAIS

Maise Caroline Zucco<sup>1</sup>

Iniciava no Brasil, no ano de 1964, um período de punição às manifestações públicas, censura intelectual e ameaça a qualquer oposição ao novo regime vigente. Com a ausência de direitos das cidadãs e cidadãos frente ao governo, as organizações políticas e grupos engajados em reivindicações sociais estiveram na mira dos militares brasileiros. Livros, músicas, programas de televisão e revistas, foram censurados ou simplesmente proibidos de irem ao ar por significarem, segundo o governo, subversivos<sup>2</sup>. Assim, além da toda ameaça à integridade física, os meios de comunicação ficaram impossibilitados de manifestarem-se contra o regime.

Com a instauração da ditadura militar no Brasil, muitas dificuldades foram encontradas no País, e dentre elas, as enfrentadas pelo movimento feminista. O novo regime associou o feminismo ao comunismo devido às medidas tomadas pela URSS quanto à descriminalização do aborto, a concessão ao divórcio e ao incentivo à libertação das mulheres tomando ambos como uma ameaça à moral e aos bons costumes da sociedade<sup>3</sup>. No mesmo sentido, a esquerda considerava as reivindicações do feminismo secundárias em meio à necessidade de redemocratização do país, abafando a representatividade social das reivindicações em favor das mulheres<sup>4</sup>.

Como primeiras mobilizações de caráter feminista durante a Segunda Onda, podemos destacar os grupos de reflexão, formados em meados de 1972<sup>5</sup>. Integrados por mulheres que retornaram do exterior com um arcabouço de leituras voltadas às questões do feminismo, os grupos de reflexão tinham por objetivo a exposição pessoal das experiências dessas mulheres nas mais diferentes fases de suas vidas. Contudo, tanto os grupos de mulheres, quanto os grupos feministas, ganhariam força com a institucionalização do Ano Internacional da Mulher em 1975. Em detrimento deste evento mundialmente promovido pela Organização das Nações Unidas, as reivindicações brasileiras encontraram um espaço de debate social em meio ao regime militar.

Entretanto, mesmo frente à resistência do governo e da esquerda, foram grandes os números de mobilizações em benefício das questões das mulheres que passam a ganhar visibilidade em decorrência deste evento. O I Congresso da Mulher Brasileira, o I e II

---

<sup>1</sup> Mestranda em História pela Universidade Federal de Santa Catarina.

<sup>2</sup> ARAÚJO, Paulo César de. Eu não sou cachorro, não. Rio de Janeiro: Record, 2002.

<sup>3</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o Perigo Vermelho; o anticomunismo no Brasil (1917 - 1964). São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.

<sup>4</sup> TELES, Maria Amélia de Almeida. Breve história do feminismo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1993. p.76.

<sup>5</sup> PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). Revista Brasileira de História, São Paulo: Anpuh, n.52, vol. 27, 2007 (no prelo).

Congresso da Mulher Paulista, a criação da Delegacia Policial de Defesa da Mulher, e grupos como O Movimento Feminino pela Anistia, O Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, Associação de Donas-de-Casa, são alguns dos exemplos de mobilizações que ganharam espaço nacional para atuarem em favor das mulheres. O desfecho de parte desta luta se daria com a concretização de um número considerável de reivindicações do movimento de mulheres e do movimento feminista que estaria ocorrendo na Constituição de 1988 e que abarcou um grande número de exigências que durante a ditadura fizeram parte da pauta destes grupos. Entretanto, esta história dos movimentos feministas, grupos de mulheres brasileiras e eventos que ocorreram durante a Segunda Onda Feminista trata de que Brasil? De onde vem o conhecimento sobre as questões em torno das mulheres e do feminismo? Qual o conhecimento produzido e disponível em Florianópolis sobre as mulheres e o movimento feminista no período que compreende a ditadura militar até 1988?

Sob diversas perspectivas a bibliografia recente sobre os vários feminismos que atuaram no Brasil durante esse período nos encaminha para a história do movimento com uma produção que, em sua grande maioria, trata do país de uma forma geral, sem discorrer sobre as especificidades das diversas localidades brasileiras. Em textos da década de noventa como “Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal” e “Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro” podemos destacar esta característica de generalização que cria uma uniformidade a um movimento tão diversificado. Outra característica da bibliografia recente que se propõe a tratar do movimento feminista no país é o destaque dado aos grandes centros brasileiros. Em livros como “Breve História do Feminismo no Brasil”, “A experiência Feminista nos Anos Setenta” ou “Uma História do Feminismo no Brasil”, encontramos muitas informações sobre os grupos de mulheres, grupos feministas e conferências que ocorreram a partir de 1975, sendo que a maioria dos textos rotulados como referentes ao movimento feminista no Brasil, trata do que sucedeu no Rio de Janeiro e em São Paulo.

A partir de reflexões sobre a produção bibliográfica mais recente, este capítulo tem como proposta pensar como se deu a relação entre os movimentos feministas e movimento de mulheres em Florianópolis com outros centros de referência durante a Segunda Onda Feminista levando em conta a bibliografia disponível aos grupos locais. Através da produção bibliográfica datada da década de sessenta até a década de oitenta e disponível para consulta na capital catarinense, este capítulo busca perceber as relações entre esses grupos tendo em vista a produção de conhecimento sobre o feminismo e as questões relacionadas às mulheres durante o mencionado período.

Dentre a vasta quantidade de textos referentes ao feminismo disponível em acervos de bibliotecas situadas na cidade de Florianópolis, foram selecionados dois campos para a realização desta pesquisa. A primeira parte da pesquisa foi realizada na Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina, fundada em 1964, e que contém o maior acervo bibliográfico da capital catarinense. A segunda biblioteca pesquisada foi a Biblioteca do Estado de Santa Catarina inaugurada em 1855, possuindo o acervo mais antigo de Florianópolis. Tendo em vista a inviabilidade de estarmos levantando para uma dissertação de mestrado toda a produção disponível para consulta sobre o movimento feminista<sup>6</sup>, e os debates realizados através das publicações em torno das questões das mulheres, em Florianópolis, acreditamos que a opção pela realização da pesquisa nessas duas bibliotecas possa fornecer uma referência consistente sobre o material que possivelmente esteve ao acesso dos grupos feministas que estiveram sendo formados nesse período e nesta localidade<sup>7</sup>.

Do vasto número de publicações encontradas, podemos destacar livros como “A condição da mulher: amor-paixão-sexualidade” (1985) e “De Mariazinha a Maria”(1985) de Marta Suplicy; “A arte de ser mulher”(1966) de Carmen da Silva e “A Nova Mulher”(1987) de Marina Colassanti<sup>8</sup> que tratam das questões em torno das mulheres sob a ótica psicológica, tratando dos pontos referentes à vivência: relacionamentos, conjugalidade e papéis atribuídos às mulheres<sup>9</sup>. Por estarem voltadas ao âmbito privado, as mencionadas autoras têm como ponto central nestas publicações (formadas principalmente por coletâneas de artigos) a questão da sexualidade. Levantando discussões em torno do aborto e da utilização de métodos contraceptivos, as autoras fazem uma avaliação bastante ampla da situação das mulheres brasileiras e dos problemas de ordem mundial.

Seguindo o levantamento realizado das obras, além das publicações que trabalham com as questões privadas em torno das mulheres abordando a sexualidade e as especificidades regionais - configurando um grupo com características similares - podem ser destacadas outras

---

<sup>6</sup> Para esta pesquisa foi levantado um número considerável de obras das quais optou-se pelo uso aleatório de algumas produzidas em localidades brasileiras e pelo uso de todas as dissertações produzidas em Florianópolis. Essa opção se deve pela pequena quantidade de produção sobre as mulheres e sobre o feminismo em Florianópolis, no período estudado.

<sup>7</sup> A partir desta pesquisa, foram encontradas cerca de 12 publicações na Biblioteca do Estado de Santa Catarina e 126 na Biblioteca Universitária, que constam como palavras-chave mulheres, movimento feminista e feminismo, dentre publicações nacionais, internacionais, vídeos, artigos, dissertações e traduções. Entretanto, grande parte das publicações da biblioteca estadual encontram-se disponíveis na Universidade Federal de Santa Catarina, salvo raras exceções.

<sup>8</sup> As editoras responsáveis pelas publicações destas obras são, respectivamente, a editora Brasiliense, situada na cidade de São Paulo; a editora Vozes, localizada em Petrópolis; a Civilização Brasileira e a editora Nórdica, da cidade do Rio de Janeiro.

<sup>9</sup> As datas, mencionadas ao lado das publicações, não correspondem às primeiras edições, mas às edições mais antigas encontradas. Essas informações servem como parâmetro para o período em que estes livros foram disponibilizados nas bibliotecas. Desta forma, todos os trabalhos apresentados neste capítulo seguem este modelo de datação.

discussões realizadas por uma bibliografia que se autodenomina feminista. Com características teóricas ou realizando um estudo sobre particularidades brasileiras podemos mencionar duas obras que trabalham com pontos dentro do movimento feminista, como é o caso do livro de Heleieth Saffioti, “A mulher na sociedade de classes: mito e realidade” (1979) e “Feminismo: o ponto de vista marxista” (1986) de Zuleika Alembert<sup>10</sup>.

Em seu texto Heleieth Saffioti faz uma explanação sobre as mobilizações operárias em diversos países - como a França, os Estados Unidos e a URSS – abordando questões gerais em torno da mulher no âmbito social, como o confinamento da mulher no lar. Tratando do Brasil de forma generalizada, Saffioti procura as “raízes” desta condição inferiorizada das mulheres a partir de problemas levantados em uma sociedade capitalista.

Zuleika Alembert, se assemelhando ao caso de Saffioti, trabalha com a literatura marxista e textos feministas realizando uma discussão ampla e, principalmente, teórica sobre os pontos de contato entre a temática do feminismo e do marxismo. Utilizando como suporte Marx, Engels, Bebel, Lênin, Alexandra Kollontai, entre outras autoras e autores, Alembert concilia as acusações de que o feminismo desfragmenta uma luta mais ampla e que o marxismo relega as particularidades.

Seja a partir da sexualidade, de estudos teóricos ou de um estudo mais específico referente ao Brasil, os livros até então apresentados possuem como outra característica a procedência de um grupo de localidades das quais fazem parte grande número da bibliografia encontrada. Analisando as fontes levantadas para este capítulo, podemos destacar que da bibliografia lançada entre as décadas de sessenta até fins da década de oitenta, a grande maioria são publicações realizadas por editoras situadas nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e, em menor quantidade, em Petrópolis. Dos cerca de 126 materiais encontrados na Biblioteca Universitária, 39 são publicações de editoras de São Paulo, 23 são de editoras do Rio de Janeiro, 6 de Petrópolis, 4 de edições conjuntas entre Petrópolis e Rio de Janeiro, 1 entre a livraria paulista Nobel e o Ministério do Trabalho em Brasília e 34 publicações internacionais. Retirando desta estatística as traduções de obras internacionais, realizadas unanimemente por estas duas capitais, ainda assim prevalece a produção nacional de livros de São Paulo e do estado do Rio de Janeiro.

Com um número bastante reduzido, dentre as publicações encontradas, podemos destacar obras de localidades como Porto Alegre, Recife, Santa Cruz do Sul, dentre outras. Em “Mulher em Questão” (1987), encontramos uma coletânea de artigos que, diferentemente das publicações anteriormente citadas, é originariamente de Maceió. Com a proposta de discutir a

---

<sup>10</sup> As obras foram respectivamente publicadas pelas editoras Vozes, de Petrópolis, e a editora Nobel de São Paulo.

opressão das mulheres esta coletânea tem como principais referências sobre o feminismo os livros “O que é feminismo?”, “O Feminismo: uma abordagem histórica” de Andrée Michel e o livro de Zuleika Alembert, anteriormente citado, “Feminismo: o ponto de vista marxista”. Com exceção de Andrée Michel, escritora francesa que teve sua obra traduzida para o português por uma editora carioca, as principais referências nacionais sobre o feminismo dos artigos contidos nesta coletânea, são publicações de São Paulo. Citando várias vezes, Zuleika Alembert e utilizando as citações contidas neste livro e em “O que é feminismo?”, as autoras apresentam seus suportes teóricos na realização do debate contidos nos textos, e assim, demonstram que estes são seus principais aportes bibliográfico. Desta forma, a grande quantidade de uma produção bibliográfica sob uma ótica feminista vinda de São Paulo e do Rio de Janeiro, disponível em bibliotecas florianopolitanas, pode ter se repetido em outras cidades brasileiras.

Em “Na condição de mulher” (1985)- publicação realizada através das Faculdades Integradas de Santa Cruz do Sul encontra-se principalmente a citação de textos internacionais e publicações pouco referenciadas pela bibliografia da área nesta época - como é o caso de “A emancipação da mulher: raízes e preconceitos anti-femininos” de Vamberto Moraes publicado em Recife – os textos possuem um caráter geral, mas encontram-se inserido em uma discussão em torno das especificidades:

Falar sobre “mulher brasileira” me soa a maravilhosa abstração. Seria melhor passáramos a falar como mulheres brasileiras: tu, a Beta, a Neomi, a Elvira, a Teresa, a Maria José. Indivíduos concretos e socialmente situados. Somos milhões: uma realidade múltipla e variada. Data de nascimento, naturalidade, profissão, estado civil, moradia, número de filhos, temperamento, aptidões, tudo influi. Geografia, idade, raça, classe social e outra variante: o número de anos que se passou na escola.<sup>11</sup>

Sem criar um padrão homogeneizante entre as mulheres em prol de uma luta unificada do movimento feminista, os artigos que compõem esta coletânea foram publicados em periódicos e possuem caráter militante vinculados a ideais socialistas.

No mesmo sentido, o livro de Ana Montenegro, intitulado “Ser ou não ser feminista” (1981) encaminha seu debate para as especificidades, pensando as diferenças existentes entre as mulheres em meio à luta feminista, considerada pela autora, encabeçada por uma classe média que não corresponde aos anseios de determinadas camadas sociais.

Seu texto ainda traça um panorama do movimento feminino brasileiro destacando a luta dos grupos anteriores a 1975; o que significa para autora o ano de ‘multiplicação dos pães e peixes’, mas não exatamente o “milagre”. Este “milagre” teria ocorrido com todas as lutas que

---

<sup>11</sup> ALBORNOZ, Suzana. Na condição de mulher. Santa Cruz do Sul, Faculdades Integradas de Santa Cruz do Sul, 1985. p. 12.

antecederam esta data e das quais ela destaca diversos grupos e manifestações ocorridas em variadas localidades brasileira:

Na Bahia, por exemplo, o Comitê Democrático de Mulheres, que também lutava contra a carestia, centrou suas atividades na defesa dos lares de centenas de famílias despejadas nos bairros pobres de Salvador. Lembro-me que a luta das famílias que viviam na favela do Corta Braço foi contada, em um livro, pelo jornalista Ariovaldo Matos.<sup>12</sup>

Além de Salvador, Ana Montenegro faz menção a diversas regiões brasileiras como Rio Grande do Sul, Ceará e São Paulo no intuito de traçar a história do movimento feminino no Brasil nos períodos de 1945 à 1964.

Tanto na publicação de Ana Montenegro, como no livro organizado por Suzana Albornoz encontramos a preocupação diante das diferenças de classe, raça e região; regionalismo este que não se apresentam da mesma forma em parte da bibliografia encontrada nas bibliotecas de Florianópolis. No já mencionado livro “O que é feminismo?” (1985), resultado de uma parceria entre Branca Moreira Alves e Jaqueline Pitanguy, encontramos uma trajetória do movimento feminista que perpassa a França, os Estados Unidos e o Brasil. Contudo, os acontecimentos em torno dos feminismos brasileiros são apenas os situados nas cidades do Rio de Janeiro e em São Paulo. Essa prática de supervalorização de determinadas localidades é percebida de diferentes formas em outras publicações, como é o caso do trabalho realizado com o apoio da Unicef por Carmen Barroso intitulado “Mulher, Sociedade e Estado no Brasil” (1982). Apresentando um estudo que se subdivide em tópicos dentro como saúde, educação e creches, a autora dá constante ênfase aos dados referentes ao estado de São Paulo; tanto que realiza uma divisão particular para leitura dos dados da pesquisa:

Região II – São Paulo  
 Região III – Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul  
 Região IV – Minas Gerais e Espírito Santo  
 Região V – Bahia, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Paraíba, Piauí e Maranhão<sup>13</sup>

Outra característica que podemos destacar são os constantes comparativos entre um “Brasil desenvolvido” e um “Brasil subdesenvolvido”. Ou seja, São Paulo e Nordeste são constantemente comparados como extremidades de uma sociedade desigual:

Na região Nordeste, uma das mais pobres do país, 56,5% dos homens e 83% das mulheres recebem até um salário mínimo e 83% dos homens e 93% das mulheres recebem até dois salários mínimos (PNAD, 1978)

<sup>12</sup> MONTENEGRO, Ana. Ser ou não ser feminista. Recife: Guararapes, 1981. p.66.

<sup>13</sup> BARROSO, Carmen. Mulher, Sociedade e Estado no Brasil. São Paulo: Unicef, Ed. Brasiliense, 1982. p. 41. (Por um possível erro de diagramação, a Região I não foi impressa na publicação).

É nas regiões mais desenvolvidas, sobretudo em São Paulo, que se encontram as percentagens menos elevadas de trabalhadores que ganham menos do que um ou dois salários mínimos.<sup>14</sup>

Embora esses sejam dados que para a autora representam as disparidades existentes entre as regiões brasileiras, sua pesquisa tem como enfoque apenas a capital Paulista dando destaque aos dados da região, aos eventos referentes ao Ano Internacional da Mulher ocorridos nesta cidade, e as conquistas em torno das mulheres obtidas por São Paulo.

Rose Marie Muraro, no livro “Sexualidade da mulher brasileira: corpo e classe social no Brasil” busca fazer uma panorama das mulheres que por muito tempo foi alvo das políticas públicas. Tendo como base a questão da sexualidade, a autora procurou atingir diferentes classes sociais em uma pesquisa nacional. Pela escassez de recursos e em parceria com outras pesquisadoras e pesquisadores, Rose Marie Muraro opta, como campo de pesquisa, pela burguesia e classe média do Rio de Janeiro, o campesinato em Pernambuco e o operariado de São Paulo, na intenção de abarcar determinadas classes sociais e localidades brasileira em busca de um diagnóstico mais abrangente. Assim, a autora desenvolve uma narrativa argumentativa diante da escolha dos locais:

O segundo problema foi o local. Para a classe operária já estava “de antemão” escolhido o lugar “natural”. Seria a Grande São Paulo, a cidade mais industrializada da América Latina e que, portanto, concentraria o maior contingente operário de nosso país.

A segunda classe a escolher seria burguesia. Por que não entrevistar a burguesia paulista, a mais importante do Brasil? Optou-se, contudo, em entrevistar a burguesia do Rio de Janeiro. O Rio é a Segunda cidade do país. E não só isso, é uma cidade, além de industrial (nela estão situadas algumas das indústrias de maior porte do país, tais como a indústria naval, a Petrobrás, a Vale do Rio Doce, etc.), ex-capital do país, que exerce, ainda hoje, forte influência cultural sobre o Brasil inteiro. Ainda mais por ser um grande balneário cosmopolita, o comportamento de sua população, especialmente a da alta renda, é espalhado pelos meios de comunicação de massa como modelo de comportamento para o país inteiro.<sup>15</sup>

Evidenciando a escassez de recursos apresentada por Rose Marie Muraro na elaboração deste trabalho, percebemos que a autora buscou realizar uma pesquisa nacional utilizando como solução o método por amostragem. Desta forma, São Paulo e Rio de Janeiro se destacam enquanto pólos nacionais em diversas esferas e representam assim a opção da autora como ícones, respectivamente, de uma classe operária em uma cidade com um nível de industrialização

---

<sup>14</sup> BARROSO, Carmen. Mulher, Sociedade e Estado no Brasil. São Paulo: Unicef, Ed. Brasiliense, 1982. p. 26.

<sup>15</sup> MURARO, Rose Marie. Sexualidade da mulher brasileira: Corpo e classe social no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1983. p. 50.



marcante e um centro cultural de influência nacional que abarca a classe abastada que pode desfrutar dos atrativos proporcionados pela cidade.

Já na escolha por campo de estudo de uma classe campesina, a opção não se encontra tão encerrada em uma localidade, sendo necessária uma justificativa contendo um maior número de elementos:

Seria também necessária uma amostra não urbana. Optou-se por um estado do Nordeste, região onde é mais alta a taxa de fecundidade do Brasil. Escolheu-se para tanto o Estado de Pernambuco.

Em primeiro lugar, por ser ele o mais importante Estado agrário do Nordeste. Em segundo, pela sua herança colonial, pois foi em Pernambuco que, no século XVI e início do século XVII, se desenrolou toda a cultura do açúcar na economia brasileira. Foi o primeiro pólo dominante desta economia.<sup>16</sup>

Aparentemente, Rio de Janeiro e São Paulo apresentam-se como localidades que se justificam por si só como locais representativos para o estudo da burguesia e do operariado, enquanto o campesinato poderia ser representado por inúmeras outras localidades brasileiras. Essa constatação demonstra a visibilidade nacional desses dois estados, que é, neste livro, reconhecida pela autora.

A inserção de um grande número de autoras que publicaram sobre a temática do feminismo e sobre as temáticas que envolvem questões em torno das mulheres em estados como São Paulo e Rio de Janeiro, criaram, durante as décadas de sessenta, setenta e oitenta uma determinada representatividade social a estes estados nesta área. É neste sentido, que percebemos mais citação de obras como “O que é feminismo?” e “Feminismo: o ponto de vista marxista” – como as encontradas no exemplo do livro “Mulher em Questão” – do que textos como o “A emancipação da mulher: raízes e preconceitos anti-femininos” - encontrado no livro “A condição da mulher”. Agregado a este fator, podemos destacar outra característica desta bibliografia, que é a busca das autoras (no caso das obras anteriormente analisadas) pela realização de trabalhos que tenham um caráter nacional. No livro de Jaqueline Pitangy e Branca Moreira Alves, percebemos a intencionalidade das autoras em abordarem o feminismo no Brasil a partir de dados de São Paulo e Rio de Janeiro; ao mesmo tempo que Rose Marie Muraro pretende tratar da “sexualidade da mulher brasileira” utilizando Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro como campos para seu estudo. Esses elementos evidenciam a importância atribuída a determinadas localidades como representativos do que seriam “dados brasileiros” sobre um determinado tema. Entretanto, essa autoridade que toma como “Brasil” específicas cidades, não é percebida em publicações de pequenas localidades. Essa característica, conforme a pesquisa

---

<sup>16</sup> MURARO, Rose Marie. Sexualidade da mulher brasileira: Corpo e classe social no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1983. p. 51.

realizada, é encontrada apenas em publicações das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Livros como o de Ana Montenegro, tratam do movimento de mulheres no Brasil discorrendo sobre diferentes localidades brasileiras, sem tomar, por exemplo, Recife, como representativo do que é nacional. Publicações realizadas em capitais menores, como é o caso de Florianópolis, assumem uma discussão abrangente e teórica sobre a condição da mulher, mas não assumem pra si a responsabilidade de serem nomeados, em uma publicação, de Brasil.

Com uma reconhecida representatividade social de alguns estados, essas publicações analisadas fazem parte de um conhecimento acadêmico, ancorado em instituições. Assim, o que percebemos neste material é uma autoridade discursiva de determinados estados, frente a outros<sup>17</sup>.

Se pensarmos no contexto em que esses textos foram produzidos, faz-se necessário ressaltar que neste período havia uma bibliografia que realizava uma crítica a estes modelos de capitais hegemônicas. Este foi um período de grandes debates em torno da relação colonialista com os grandes centros em diversas esferas, embora não encontremos reflexões a esse respeito entre os grupos de mulheres e grupos feministas neste momento. Exemplo desta afirmação é que podemos encontrar referências à perspectiva econômica da CEPAL<sup>18</sup>, que caracterizava os países da América Latina como dependentes da demanda dos grandes centros, em vários trabalhos. Celso Furtado, em livros como “O mito do desenvolvimento econômico” e “A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina”, aborda a questão da dependência externa frente ao subdesenvolvimento brasileiro e desta forma sinaliza para um debate presente entre centros hegemônicos e localidades periféricas no âmbito global. Mas esse debate não foi limitado ao campo de conhecimento acadêmico da economia, existindo outras áreas que analisaram as relações de dependência frente aos grandes centros. Rosa Maria Godoy Silveira, desenvolvendo uma pesquisa no campo historiográfico, em “O regionalismo nordestino: existência e coexistência da desigualdade regional” fala da questão dos regionalismos destacando a supervalorização de determinadas localidades brasileiras.

Seja na área econômica ou na historiográfica, o que percebemos é uma discussão no campo acadêmico que realiza uma crítica a centros hegemônicos, mas que não é incorporada a áreas que abordam o feminismo e as mulheres. Efetivo produtor de conhecimento em relação ao movimento feminista e às questões envolvendo direitos e saúde das mulheres durante as décadas de setenta e oitenta, a produção bibliográfica acadêmica sobre a temática pesquisada possui uma

---

<sup>17</sup> FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2006.

<sup>18</sup> A CEPAL, Comissão Econômica para a América Latina, faz parte de uma das cinco comissões das Nações Unidas e foi fundada em 1948 com o intuito de promover o desenvolvimento econômico dos países latino-americanos reforçando as relações entre os demais países.

predileção pela abordagem dos estados brasileiros do Rio de Janeiro e São Paulo. Uma vez que este debate esteve ocorrendo durante as mencionadas décadas, período em que o movimento feminista ressurgiu com maior força em todo o país, percebemos que no campo de produção acadêmica, ou de alguma forma institucionalizada, não é encontrada a incorporação deste tipo de debate.

Claudia de Lima Costa, ao trabalhar com as teorias feministas e os processos de tradução teórica nas Américas, aponta para uma característica existente entre a representação da produção bibliográfica dos considerados grandes centros e das consideradas periferias. Das localidades tomadas como metrópoles é esperada uma produção teórica, enquanto das supostas periferias se espera a realização de estudos de caso. Para a autora existe um “binarismo perverso” que faz com que exista um conhecimento sólido sobre localidades e comunidades específicas em oposição ao abstracionismo teórico que jamais são puros, formados por uma lógica rizomática e sem origem ou ponto de chegada definidos.

Se seguíssemos essa lógica representativa – que Claudia de Lima Costa apresenta frente às migrações teóricas internacionais – para o conhecimento sobre o movimento feminista nacional produzido durante as décadas de setenta e oitenta – tomando os estados de São Paulo e do Rio de Janeiro como as metrópoles e as demais localidades brasileiras encontradas durante essa pesquisa como periferias – não encontraríamos esses terrenos perfeitamente delimitados. Essa representação acerca da produção bibliográfica de determinadas localidades, não possui correlação com o material encontrado, pois percebemos uma produção teórica de grandes capitais que é também mesclada pela produção de estudos de caso.

Publicações como “Condição feminina e as formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920” (1989) de Rachel Sohiet; e “Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura” (1984) de Miriam Lifchitz Moreira Leite, são estudos de caso que fazem parte do acervo publicado por editoras, respectivamente, do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Dentre a bibliografia até então analisadas – produzida tanto por grandes capitais como São Paulo e Rio de Janeiro, como por localidades menores como Santa Cruz do Sul e Maceió – percebemos uma diversidade de temáticas perpassando discussões teóricas e estudos de caso e fugindo, desta forma, de uma representação em torno da produção do conhecimento. No entanto, é possível destacar que há uma diferenciação quantitativa desta produção, além de uma importância atribuída a determinadas localidades.

Veremos que essas mesmas características se repetem na produção bibliográfica florianopolitana, encontrada eminentemente na Universidade Federal de Santa Catarina. Composta por nove dissertações de mestrado das áreas de ciências humanas, enfermagem e

administração, a produção acadêmica que possui como temática as mulheres e o movimento feminista começa a ser produzida nesta instituição a partir de 1981.

Essa subdivisão do trabalho apresenta-se apenas como uma opção de organização das informações, pois não se trata simplesmente de percebermos as produções acadêmicas de outras localidades e as produções acadêmicas de Florianópolis para assim, realizarmos um comparativo do que estava sendo produzido. Essa fronteira regional estabelecida e evidenciada na literatura sobre o movimento feminista e sobre as mulheres são, na verdade, o fator de maior importância. O ponto central, até então analisado, são as fronteiras – ou pontos de contato - e não os movimentos feministas em si, sendo que a literatura sobre a temática evidencia os discursos e as representações de uns diante frente aos outros <sup>19</sup>.

Agrupando as dissertação entre as que realizam um debate teórico e as que desenvolvem estudos de caso sobre o feminismo, sobre saúde e os direitos das mulheres, apresentaremos a produção acadêmica de Florianópolis em suas diversidades e similaridades com as obras até então apresentadas.

Na dissertação de Iara Maria Ilgenfritz da Silva, defendida na área do direito no ano de 1983 e intitulada “Direito ou punição? : representação da sexualidade feminina no direito penal”, encontramos um trabalho que perpassa diferentes pontos realizando, entre eles, uma discussão entre religião, direito e psicanálise. As inúmeras representações pejorativas que por muito tempo fizeram parte do cenário das mulheres fazem junção com a representação ideológica dos crimes de natureza sexual apresentados no trabalho de Iara Maria Ilgenfritz da Silva - como por exemplo, o estupro no casamento - enfatizando as disparidades no código penal que minimizam o direito das mulheres. Assim, segundo as conclusões da autora, pode-se afirmar que existe uma legislação penal que regulamenta as sexualidades tanto das mulheres quando dos homens, mas que toma a cidadã como de segunda ou terceira classe frente ao direito. Sob essa ótica o trabalho tem como proposta levar ao questionamento das estruturas sociais na direção de uma revolução cultural.

Realizando também um debate teórico, Erinalva Medeiros Ferreira na dissertação “A figuração da (des)igualdade. Algumas idéias sobre o espaço público de poder da mulher desde sua condição privada” (1983), apresentada para obtenção do título de mestre em Direito do Estado, têm como enfoque central a questão do público e do privado na vida das mulheres. Entendendo o público enquanto espaço político e de representatividade social, a autora busca narrar as atuações das sufragistas em suas particularidades e contradições que desencadearam em uma efetiva incorporação das mulheres nesta esfera, conforme a análise realizada.

---

<sup>19</sup> PRATT, Mary Louise. A crítica na zona de contato. *Travessia: Revista de Literatura*, n.38, 1999. p. 07-29.

Levantando bandeira contra o pensamento tradicional que discute sobre as mulheres e as identidades pré-fabricadas que atendem a interesses públicos e privados, a autora faz apologia à entrada das mulheres nos centros de poder político, reservado exclusivamente para os homens. Assim, o trabalho evidencia o abismo existente entre a obtenção decretada dos direitos iguais e a obtenção deles no cotidiano.

Seguindo em grande parte de sua dissertação uma linha geral, sem discorrer sobre especificidades ou casos particulares, podemos destacar um ponto em que a autora se propõe a apresentar dados sobre a participação das mulheres nos partidos políticos e assim opta pelo estado de São Paulo:

Podemos ver melhor estas hierarquias, tomando, por exemplo, o Estado de São Paulo. “No PT, as mulheres representam quase quarenta por cento dos núcleos de base, mas sua representação é pouco significativa na Comissão Estadual de São Paulo (duas mulheres no total de quinze membros). No PMDB as mulheres estão ausentes, pois, em São Paulo, dos 45 membros do Diretório Regional, apenas um é do sexo feminino. As mulheres estão ainda mais ausentes a nível de direção nacional.” (...) <sup>20</sup>

Citando o trabalho de Maria Moraes, “Mulher, Sociedade e Estado no Brasil”, Erinalva Medeiros Ferreira faz um demonstrativo do quadro de participação política das mulheres de um Estado que pode ter sido escolhido aleatoriamente. Entretanto, analisando a bibliografia utilizada pela autora, percebemos que em sua grande maioria fazem parte textos internacionais, de São Paulo e do Rio de Janeiro, sendo que apenas um dos textos utilizados é uma publicação florianopolitana. Essa característica também é encontrada na dissertação de Iara Maria Ilgenfritz da Silva, na qual consta em sua bibliografia um grande número de publicações cariocas e paulistas sobre o movimento feminista. Esse dado aponta mais uma vez para a grande diferença quantitativa entre as regiões de publicações disponíveis nos acervos de Florianópolis e mesmo, para uma escassez de bibliografia local, que possivelmente era suprida por outras localidades.

Outro trabalho encontrado durante a pesquisa da produção bibliográfica teórica de Florianópolis foi a dissertação de Leonardo Baierle, intitulada “A estabilidade provisória da mulher em razão da maternidade: elementos para uma análise crítica” (1986) defendida para obtenção do título de mestre em Direito. Seu trabalho, diferentemente das duas dissertações anteriormente apresentadas, faz uso de uma bibliografia de São Paulo e do Rio de Janeiro, mas utiliza como exemplo casos catarinenses.

---

<sup>20</sup> FERREIRA, Erinalva Medeiros; Universidade Federal de Santa Catarina. A figuração da (des)igualdade. Algumas idéias sobre o espaço público de poder da mulher desde sua condição privada. Florianópolis, 1983. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas. Programa de Pós-Graduação em Direito. P. 92.

Buscando fazer um apanhado geral sobre a situação legal das mulheres relacionadas à questão da maternidade nos direito trabalhistas, essa dissertação encontra-se enfocada em apresentar dados nacionais e internacionais sobre este ponto, sem realizar um debate mais aprofundado sobre a leitura de suas fontes. Desta forma, o autor passa grande parte de seu texto apresentando dados, como por exemplo, as convenções e acordos coletivos de trabalho, traçando seu funcionamento em países como Estado Unidos, URSS e mesmo o Brasil. Sua apresentação também se estende a casos catarinenses de empresas como a Sadia e de sindicatos como a dos Empregados Bancários de Blumenau e dos Empregados no Comércio de Joinville, que, segundo autor, visam evidenciar o comportamento dos sindicatos obreiros e patronais diante da estabilidade provisória da mulher frente à maternidade. Com conclusões pontuais, distribuídas em tópicos, Leonardo Baierli destaca o direito ao emprego durante e após a gravidez, tendo em vista a estabilidade e a assistência social que lhe é devida.

Percebemos a partir dessas dissertações que frente a um número considerável de bibliografias de localidades como São Paulo e Rio de Janeiro encontradas nos acervos pesquisados, a utilização destas segue a disponibilidade bibliográfica. Ao abordar sobre o feminismo e as mulheres a bibliografia produzida por essas duas cidades são constantemente citadas, representando – pela pouca diversidade bibliográfica – o fundamental aporte teórico.

Quanto aos estudos de caso, composto por seis dissertações, podemos destacar essa mesma característica além das especificidades apresentadas pelas localidades estudadas. “Experiências vivenciadas pelos homens durante a primeira gravidez e parto de suas mulheres” (1981), de Maria de Lourdes Centa, é a primeira dissertação que consta nos registros da Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina e trata de questões em torno das mulheres, pensando sua saúde durante a gravidez. Entrevistando cerca de 85 homens e fazendo seu estudo em uma maternidade particular de Curitiba, a proposta da autora foi agregar informações que auxiliassem o trabalho das enfermeiras obstétricas no atendimento ao “casal grávido”. Seu campo de pesquisa foi definido pela grande visita de maridos durante o internamento de mulheres grávidas nessa instituição; os diversos planos de saúde e, conseqüentemente diferentes classes econômicas que este hospital atende, além da facilidade de acesso por parte da aurora. A partir dos questionários, todos disponíveis em um segundo volume da dissertação, as conclusões da autora são de que os homens possuem uma forma particular de vivenciar a gravidez, despertando a alegria e a sensibilidade agregadas ao orgulho de ser pai e as preocupações frente a uma nova responsabilidade.

Dissertação de mestrado em Administração, “Trabalho da mulher discriminação, realização profissional e realização pessoal” (1985) de Lélia Pereira da Silva Nunes, investiga a

participação das mulheres nas atividades econômicas e a influência dos estereótipos sexuais e ideológicos na busca pela realização tanto no campo profissional quanto no campo pessoal. Para tanto, a autora busca perceber esses estereótipos através de aspectos históricos da divisão sexual de papéis, por meio da influência exercida pela igreja, pela educação formal, pelos meios de comunicação e mesmo pelas relações familiares.

Realizando primeiramente uma explanação teórica sobre o tema, seguida de uma explanação numérica e regional sobre o trabalho no Brasil, Lelia Pereira da Silva Nunes utiliza como campo central de sua pesquisa funcionárias públicas e professoras da Universidade Federal de Santa Catarina. Por meio de um questionário avaliando questões como a idade, quantidade de filhos, escolaridade, cargos ocupados e conciliação entre atividade profissional e afazeres domésticos, demonstra que um grande número de entrevistadas não colocam em primeiro plano a disponibilidade no lar em detrimento da escolha profissional. Ocupando uma pirâmide que se afunila para as mulheres com o aumento da importância do cargo dentro da Universidade, a autora aponta para um preconceito no trabalho por elas sofrido, mas que são também internalizados e assim reforçados pelas próprias mulheres.

Analisando duas categorias de mulheres com formação universitária, as que realizam atividades em áreas socialmente femininas e aquelas que desempenham atividades em áreas consideradas socialmente masculinas, Marilda Rosa G. C. Gonçalves da Silveira, em sua dissertação de mestrado em Antropologia intitulada “Mulheres profissionais: um estudo de papéis sexuais e suas implicações no cotidiano” (1988), tem como proposta estudar as atitudes e valores que as mulheres expressam através de sua vivência. A autora também busca perceber os conflitos existentes entre o papel doméstico e o profissional, uma vez que há uma dupla força agindo tanto para a execução de funções relacionadas ao ambiente familiar quanto para a realização no âmbito profissional, tornando-se assim uma pessoa economicamente ativa. Segundo a autora, esse conflito é acentuado quando a opção profissional tende para áreas consideradas socialmente masculinas, pois os valores internalizados não correspondem ao desempenho obtido no trabalho realizados por essas mulheres, ao mesmo tempo em que desenvolvem uma motivação particulares.

Desenvolvendo uma pesquisa com 24 casais que residiam em Florianópolis, em um levantamento amostral e aleatório, a dissertação de Marilda Rosa G. C. Gonçalves da Silveira conclui que há uma desvalorização por parte das entrevistadas diante das atividades domésticas – criando uma dependência do trabalho das empregadas domésticas - e uma valorização da carreira profissional.

Fazendo uma primeira conclusão sobre a bibliografia produzida em Florianópolis, resultado obtido sob o suporte institucional da Universidade Federal de Santa Catarina, constatamos que ficam equilibradas, quantitativamente, as temáticas desenvolvidas pelas dissertações. Enquanto os trabalhos realizados por Maria de Lourdes Centa, Lélia Pereira da Silva Nunes e Marilda Rosa G. C. Gonçalves da Silva captam aspectos de grupos específicos, em localidades e sob condições determinadas; Iara Maria Ilgenfritz da Silva, Erinalva Medeiros Ferreira e Leonardo Baierle abordam assuntos mais gerais, desenvolvendo um debate teórico com a bibliografia e as fontes disponíveis.

Neste sentido, não podemos apenas aceitar para nosso objeto de estudo a representação de uma localidade produtora de um conhecimento teórico, caracterizada nesta pesquisa como Rio de Janeiro e São Paulo, nem mesmo uma localidade produtora de estudos de caso, que neste trabalho seria figurada por Florianópolis. Conforme encontrado nas duas bibliotecas analisadas, tanto um quanto outro grupo são produtores dessas duas possibilidades metodológicas, diferindo de forma gritante quando ao número de publicação.

A disparidade entre a quantidade de publicações realizadas durante as décadas de setenta e oitenta nas grandes capitais e em Florianópolis pode ser explicada tendo em vista que os estudos realizados nesta cidade tematizando as mulheres foram apenas dissertação. A formação dos cursos de pós-graduação na Universidade de Santa Catarina ocorreu a partir do final da década de setenta. Esse fator, pode ter ocasionado uma tardia publicação deste conhecimento acadêmico, frente a outras localidades; uma circulação posterior dessa produção, além de tornar o material do Rio de Janeiro e São Paulo como principais, ou únicas fontes dentre a bibliografia disponível por muito tempo.

Por isso, pensarmos em um primeiro momento em um binarismo de uma “metrópole teórica” e uma “periferia” com uma produção acadêmica “ativista”, não é propriamente cabível tendo em vista o material levantado. Ao mesmo tempo, torna-se errado pensarmos em uma produção de conhecimento teórica “pura” vinda desses grandes centros, pois estes não encontram-se encerrados em si e completamente distanciados do resto do Brasil. Assim, o ato da absorção da bibliografia paulista e fluminense pelas dissertações produzidas em Florianópolis está longe de ser um mero “furto” de um conhecimento maior<sup>21</sup>.

Além dos já mencionados trabalhos, podemos destacar também duas últimas dissertações produzidas em Florianópolis, que tem como peculiaridade abordar o movimento feminista e realizar estudos de caso.

---

<sup>21</sup> BHABHA. Homi K. O compromisso com a teoria. In: O Local da Cultura. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001. p.43-69.



O primeiro, de Clítia Helena Backx Martins, intitulada “Mulher e política: as relações de gênero no PMDB de Santa Catarina”, trabalhar com dados sobre o PMDB em Santa Catarina e realiza uma discussão específica sobre os movimentos feministas e os grupos de mulheres catarinenses.

Fornecendo um histórico, segundo Clítia Helena Backx Martins os grupos de mulheres e feministas de Florianópolis podem ser classificados em três grupos: partidários, vinculados à Igreja Católica, e autônomos. Entre os autônomos, podemos destacar a Associação Catarinense de Mulheres, o Movimento Feminino pela Anistia, o Coletivo de Mulheres Amálgama, o Grupo Feminista Vivências, a Associação Profissional de Empregadas Domésticas de Santa Catarina e a Associação Catarinense em Defesa da Mulher, do qual grande parte esteve sendo formada durante a década de 1980. Entre os grupos vinculados à Igreja Católica está o Clube de Mães, e entre os partidários, a Ação Democrática Feminina e o PMDB Mulher. Com características bastante diversificadas, estas formações estiveram submetidas às decisões partidárias, possuíam caráter de grupo de reflexão, estavam vinculados a grupos de atuação nacional ou reivindicavam direitos trabalhistas.

No entanto, apesar da existência de um maior número de grupos de mulheres e feministas em Florianópolis, a autora dá ênfase não apenas a capital, mas a todo o estado de Santa Catarina. Assim, entra em seu levantamento o Movimento no Feminino, grupo de Criciúma e o Movimento de Mulheres Rurais, que faz parte tanto da classificação de grupos autônomos como vinculados à Igreja.

Realizando primeiramente uma explanação sobre eventos históricos em Florianópolis e uma sucinta apresentação do movimento de mulheres e movimento feminista brasileiro – evidenciando grupos do Rio de Janeiro e São Paulo – a autora passa grande parte de sua dissertação discorrendo sobre cada grupo catarinense listado em sua pesquisa, destacando data e conjuntura de sua fundação e breve histórico. Portanto, Clítia Helena Backx Martins estipula uma datação para surgimento do movimento feminista em Santa Catarina, que é por ela caracterizado pela formação de dois grupos: o Coletivo de Mulheres Amálgama e o Grupo Feminista Vivências, ambos formados em 1981.

O primeiro grupo a ser formado foi o Coletivo de Mulheres Amálgama, que assim como o Vivência, possuía a característica de grupos de autoconscientização, que procuravam discutir as particularidades das mulheres a partir de suas vivências sob um parâmetro feminista. Formado por mulheres universitárias, as dinâmicas eram fechadas ao grupo e em 1983 o grupo se extingue através de um processo de esvaziamento.

O Grupo Feminista Vivências, diferentemente do primeiro grupo conforme ressalta a autora, era composto principalmente por militantes ligadas a partidos políticos como o PMDB e o PT. Sua atuação, além de práticas de autoconsciência, era a divulgação dos pensamentos feministas e do movimento por meio de denúncias e comemorações como as do Dia Internacional da Mulher. Segundo Clítia Helena Backx Martins, o grupo desaparece em 1983 devido a uma crise de liderança e aos desgastes da campanha eleitoral de 1982, ocasionados pela dupla militância das integrantes: no movimento feminista e nos partidos políticos.

A partir do trabalho apresentado, esses foram os dois grupos feministas de grande visibilidade durante a Segunda Onda Feminista em Florianópolis. Diversas vezes, ao traçar o histórico das formações de mulheres em Santa Catarina, a autora da dissertação deixa clara a relutância de determinados grupos em serem associados ao feminismo, embora estes realizem trabalhos sociais contra a violência da mulher ou por direitos trabalhistas. Neste sentido, algo que deve ficar claro ao tratarmos deste tema é a diferenciação entre movimento de mulheres e movimento feminista. O adjetivo feminista possuía uma carga pejorativa, fazendo com que muitas mulheres não quisessem ser identificadas como tal. Em contrapartida, mesmo aos inúmeros adjetivos desqualificantes que foram atribuídos às militantes do movimento, encontramos grupos que se autodenominavam feministas. Assim, a partir da própria autodenominação e das denominações encontradas na bibliografia que aborda esta temática, este trabalho faz a distinção entre os dois grupos.

O segundo trabalho, é a dissertação de mestrado em Sociologia de Sônia Malheiros Miguel, intitulada “Um olhar para dentro: o movimento feminista no Rio de Janeiro”, defendida em maio de 1988, ou seja, cerca de um ano após o trabalho anteriormente citado. Sua motivação na realização deste estudo é dada pela vivência da autora durante alguns anos no movimento feminista do Rio de Janeiro.

Como pontos a serem discutidos dentro do trabalho, a autora aborda a questão da autonomia do feminismo buscando realizar uma avaliação deste na contemporaneidade do desempenho desta pesquisa. Como principal fonte, Sônia Malheiros Miguel utiliza entrevistas com feministas do Rio de Janeiro, apontando os motivos que a levaram a escolher tal campo de pesquisa:

Todas as entrevistas foram realizadas com feministas do Rio de Janeiro. A escolha do Rio se deu, de um lado por facilidades pessoais (infra-estrutura – casa e comida – para realizar as entrevistas, conhecimento das participantes do movimento, etc.); e por outro pela importância do Rio de Janeiro no cenário político nacional e na formação e transformação do movimento feminista no Brasil.

O Rio de Janeiro sempre foi, ao lado de São Paulo, Belo Horizonte e Recife, um dos pólos do movimento.<sup>22</sup>

Segundo a fala da autora, Rio de Janeiro se apresenta como uma capital de grande importância para o feminismo assim como centro político. Juntamente com São Paulo, Belo Horizonte e Recife, a capital carioca é apresentada como exemplo de que é relevante para o Brasil, neste movimento social.

Seu entendimento do que é representativo nacionalmente fica evidenciado em diversos momentos da dissertação, reforçando as conclusões apresentadas anteriormente. Ao discorrer sobre o feminismo brasileiro em uma das páginas de seu trabalho - no capítulo quatro intitulado “As feministas e seus feminismos” - Sônia Malheiros Miguel faz uma quebra no texto que se propõe a tratar do âmbito nacional:

Por um lado, a não explicitação, de forma clara, destas correntes no movimento feminista brasileiro. A este respeito é bastante esclarecedor a tese de Anette Goldberg “Feminismo e Autoritarismo. A Metamorfose de uma Utopia de Liberalização em Ideologia Liberalizante” (Goldberg, 1987). Nelas a autora reconstitui o surgimento do movimento feminista no Rio de Janeiro a partir da criação do Centro da Mulher Brasileira (CMB), até sua divisão em 1979, fez um paralelo entre a construção do feminismo no Brasil e o regime autoritário e mapeia as diferentes orientações ideológicas presentes no interior do CMB, em contraposição àqueles que se expressaram, na mesma época, no feminismo brasileiro do exílio.<sup>23</sup>

Tomando como base este parágrafo, podemos constatar que para a autora os grupos feministas do Rio de Janeiro são avaliados como representativos do movimento feminista no Brasil, podendo, ser considerado o próprio Brasil em relação a esta mobilização social. Fica, desta forma evidenciada as representações que povoam as diversas localidades brasileiras, concedendo uma determinada autoridade aos grandes centros dos quais cidades como Florianópolis não usufruem. Neste sentido, é por meio das autoras e autores que incorporam em seus textos as representações a que estão inseridos que podemos estar avaliando a relação a que os feminismos estiveram imensos.

Seguindo a análise da dissertação, a partir de um embasamento bibliográfico a autora faz uma apresentação das várias subdivisões possíveis dentro do feminismo tendo como ponto de partida para essa classificação as tendências ideológicas, como as feministas igualitaristas, anticapitalistas, o feminismo liberal e o radical. É em meio a grupos que se enquadram dentro

---

<sup>22</sup> MIGUEL, Sônia Malheiros. Um olhar para dentro: o movimento feminista no Rio de Janeiro. Florianópolis: UFSC. P. 09-10.

<sup>23</sup> MIGUEL, Sônia Malheiros. Um olhar para dentro: o movimento feminista no Rio de Janeiro. Florianópolis: UFSC.

desta classificação que a autora propõe a questão da autonomia, como conceito que perpassa o individual e o coletivo. Em outras palavras, os textos que abordam a noção de autonomia pensam na mudança a partir de diferentes individualidades, proporcionadas pelos grupos de consciência, e da proposta de uma nova identidade promovida através da conquista de reivindicações do feminismo.

Este trabalho vem acenar para a diminuição considerável dos grupos feminista de reflexão e mesmo os que possuíam uma atuação socialmente mais direta. Listando os grupos que não fazem mais parte do cenário feminista carioca, é traçado um breve comentário sobre as suas formas de atuação e a quem atendiam.

Com uma produção local bastante escassa, podemos concluir que grande parte da bibliografia acessível em Florianópolis sobre o movimento feminista - textos sobre a situação social da mulher, sobre estudos de caso ou sobre o movimento feminista – que foram lançadas durante as décadas de setenta e oitenta, são publicações vindas de grandes capitais, como é o caso de São Paulo e Rio de Janeiro. Entretanto, essa autoridade discursiva desfrutada por ambas as capitais não é resultado apenas de uma maior produção bibliográfica ou de um movimento feminista mais expressivo. A visibilidade encontrada faz parte de inúmeros outros pontos pelos quais essas localidades são destacadas.

A bibliografia analisada neste capítulo é composta por produções acadêmicas, ancoradas em instituições de ensino superior ou fundações que posteriormente, no caso dos livros apresentados, foram publicados por editoras. Assim, estamos tratando de autoras e autores que trabalham com uma determinada metodologia acadêmica, conforme a sua área, e com um conhecimento científico do qual Rio de Janeiro e São Paulo possuem uma certa tradição.

Em “O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930”, Lilia Moritz Schwarcz aborda a preeminência da historiografia que foi realizada no século XIX nos grandes centros, tendo em vista a importância dos Institutos Histórico Geográficos na constituição da “História Oficial”.

O Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, sediado no Rio de Janeiro, serviu como exemplo para os demais institutos que estiveram sendo formados. Seu grande papel foi demarcar espaços no cenário nacional adquirindo respeitabilidade, enquanto às outras sedes cabia garantir as especificidades regionais com o intuito de conquistar uma hegemonia cultural. Excluindo diversas classes e raças, e assim um associável “atraso civilizatório”, o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro durante os séculos XIX e XX foi fiel à transmissão de um conjunto de interpretações articuladas, das quais adquiriu autoridade intelectual e científica.

Declarando frases como “A história de São Paulo é a própria história do Brasil”, o Instituto Histórico Geográfico de São Paulo usufruiu dos benefícios da economia cafeeira de seu estado, propondo uma historiografia paulista que desse conta de todo o País. Seguindo os moldes da instituição sediada no Rio de Janeiro, a especificidade paulista estava em dar ênfase a um conhecimento patriótico e cívico. Utilizando a figura do bandeirante, o Instituto Histórico Geográfico de São Paulo buscou enaltecer sua instituição através das qualidades da personagem além de travar uma verdadeira competição com a sede nacional, localizada na capital federal no período estudado por Lilia Moritz Schwarcz.

Seja por meio de resquícios dessa historiografia dominante ou através de uma supremacia econômica, constatamos que Rio de Janeiro e São Paulo foram centros de referência em diversas esferas, não sendo diferente com a produção bibliográfica sobre o movimento de mulheres e movimento feminista. Como conclusões, podemos destacar que o material que relata esse movimento social e que esteve acessível aos diversos grupos feministas que estiveram sendo formados durante as décadas de sessenta, setenta e principalmente oitenta, foram produzidos em sua grande maioria por capitais como São Paulo e Rio de Janeiro. Isso aponta para um suporte teórico que essas localidades tenham fornecido a outros grupos feministas brasileiros, e a uma produção bibliográfica florianopolitana periférica frente à hegemonia de outros centros.

Além disso, é possível destacar a importância atribuída a essas duas capitais seja pelas suas próprias produções bibliográficas, seja pelas dissertações produzidas em Florianópolis. Diante do movimento social estudado, São Paulo e Rio de Janeiro muitas vezes assumem uma representatividade nacional tão grande a ponto de serem considerados o feminismo brasileiro.

## BIBLIOGRAFIA

ALBORNOZ, Suzana. Na condição de mulher. Santa Cruz do Sul, Faculdades Integradas de Santa Cruz do Sul, 1985.

ALEMBERT, Zuleika. Feminismo: o ponto de vista marxista. São Paulo: Nobel, 1986.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. O que é feminismo. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985.

ARAÚJO, Paulo César de. Eu não sou cachorro, não. Rio de Janeiro: Record, 2002.

BAIERLE, Leonardo. A estabilidade provisória da mulher em razão da maternidade : elementos para uma análise crítica. 1986. 135f Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências Jurídicas.

BARROSO, Carmen. Mulher, Sociedade e Estado no Brasil. São Paulo: Unicef, Ed. Brasiliense, 1982.

BHABHA, Homi K. O compromisso com a teoria. In: O Local da Cultura. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001. p.43-69.

CENTA, Maria de Lourdes; LANE, Silvia T. Maurer. Experiências vivenciadas pelos homens durante a primeira gravidez e parto de suas mulheres. Florianópolis, 1981. 2v. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina.

COLASANTI, Marina. A Nova Mulher. 2 ed. Rio de Janeiro: Nórdica, 1980.

CORRÊA, Marisa. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. Desdobramentos do feminismo. Cadernos Pagu. Campinas: n.º 16, 2001. p.13-29.

COSTA, Claudia de Lima. As teorias feministas nas Américas e a política transnacional da tradução. Revista Estudos Feministas. vol.8, n.º 2/2000. p. 43-48.

FERREIRA, Erinalva Medeiros; Universidade Federal de Santa Catarina. A figuração da (des)igualdade. Algumas idéias sobre o espaço público de poder da mulher desde sua condição privada. Florianópolis, 1983. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas. Programa de Pós-Graduação em Direito.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Loyola, 2006.

FURTADO, Celso. A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

\_\_\_\_\_. O mito do desenvolvimento econômico. São Paulo: Círculo do Livro S.A. s/d.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura. São Paulo: Editora Ática, 1984.

LIMA, Nadia Regina L. de Barros. Mulher em Questão. Maceió: BUFAL Departamento de Ciências Sociais, 1987.

MARTINS, Clítia Helena Backx. Mulher e Política: as relações de gênero no PMDB de Santa Catarina. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais defendida na Universidade Federal de Santa Catarina. Março de 1987.

MICHEL, Andrée. O Feminismo: uma abordagem histórica. Rio de Janeiro, Zahar Ed. 1982.

MIGUEL, Sônia Malheiros. Um olhar para dentro: o movimento feminista no Rio de Janeiro. Florianópolis: UFSC.

MONTENEGRO, Ana. Ser ou não ser feminista. Recife: Guararapes, 1981.

MORAES, Lygia Quartim de. A experiência Feminista nos Anos Setenta. Araraquara: UNESP, 1990.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o Perigo Vermelho; o anticomunismo no Brasil (1917 - 1964). São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.

MURARO, Rose Marie. Sexualidade da mulher brasileira: Corpo e classe social no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1983.

NUNES, Lélia Pereira da Silva; Universidade Federal de Santa Catarina. Trabalho da mulher discriminação, realização profissional e realização pessoal. Florianópolis, 1985. [236] f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em Administração

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). Revista Brasileira de História, São Paulo: Anpuh, n.52, vol. 27, 2007 (no prelo).

PINTO, Céli Regina Jardim. Uma História do Feminismo no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PRATT, Mary Louise. A crítica na zona de contato. Travessia: Revista de Literatura, n.38, 1999. p. 07-29.

SAFFIOTI, Heleieth. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. São Paulo: Livraria Quatro Artes Editora, 1969.

SARTI, Cynthia A. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. Desdobramentos do feminismo. Cadernos Pagu. Campinas: n.º 16, 2001. p.31-48.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Carmen da. A arte de ser mulher. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SILVA, Marilda Rosa G. C. Gonçalves da. Universidade Federal de Santa Catarina. Mulheres profissionais : um estudo de papeis sexuais e suas implicações no cotidiano. 1988. 115f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências Humanas

SILVA, Iara Maria Ilgenfritz da; GOMEZ, Jose Maria; Universidade Federal de Santa Catarina. Direito ou punição?: representação da sexualidade feminina no direito penal. Florianópolis, 1983. 248 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. O regionalismo nordestino: existência e coexistência da desigualdade regional. São Paulo: Ed. Moderna, 1984.

SOIHET, Rachel. Condição feminina e as formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SUPLICY, Marta. A condição da mulher: amor- paixão- sexualidade : artigos. 2a ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

\_\_\_\_\_. De Mariazinha a Maria. Petrópolis: Vozes, 1985.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Breve história do feminismo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1993.

